



<b>Evento</b>	Salão UFRGS 2013: SIC - XXV SALÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFRGS
<b>Ano</b>	2013
<b>Local</b>	Porto Alegre - RS
<b>Título</b>	Internacionalização do etanol brasileiro: o papel das políticas fiscais e tributárias nos países produtores, exportadores e importadores de etanol
<b>Autor</b>	JULIA PALUDO
<b>Orientador</b>	ANTONIO DOMINGOS PADULA

A preocupação com a matriz energética atual tem levado à tentativa de diversificação das fontes de energia, priorizando as de baixo impacto ambiental. Entre as opções disponíveis, desponta o etanol de cana-de-açúcar, considerado um dos combustíveis mais tecnologicamente eficientes e economicamente viáveis. No Brasil, apesar da recente crise no setor, o etanol tem se mostrado uma opção lucrativa; entretanto, de modo geral, sua produção ainda depende de incentivos. Esta pesquisa deu continuidade ao trabalho sobre “Sustentabilidade, Certificação e Internacionalização do Etanol Brasileiro”, em que foram analisados a sustentabilidade da produção, o processo de fusões e aquisições, os certificados exigidos e as possibilidades de internacionalização. Voltamo-nos agora às políticas industriais relativas ao etanol dos grandes *players* produtores e importadores: Brasil, China, Estados Unidos (EUA), Japão e União Europeia (UE). O trabalho avaliou a inserção do etanol brasileiro no mercado mundial a partir da análise do impacto dos incentivos governamentais à produção e ao consumo, do Brasil e de seus concorrentes, na competitividade do produto. Para tanto, a primeira etapa consistiu na exploração dos conceitos de “Internacionalização” e de “Política Industrial” e na revisão bibliográfica do assunto. Em segundo lugar, foram pesquisadas as políticas industriais relativas ao setor, a partir do acesso das bases de dados governamentais dos países indicados, relatórios de agências especializadas e notícias. Dessa forma, puderam-se identificar as políticas que promovem ou afetam a inserção do etanol brasileiro no mercado internacional, assim como as políticas dos demais *players* que impactam na importação do mesmo. A partir do quadro regulatório, tem-se que a política de mistura de etanol à gasolina é comum aos países estudados, embora a porcentagem varie (3% no Japão, 5,75% na UE, 10% a 15% na China e nos EUA e 25% no Brasil); o objetivo geral é o de atender às metas de redução na emissão de poluentes. Outra tendência comum aos *players* é a de cortar os subsídios destinados ao setor, o que está relacionado ao aumento da competitividade e rentabilidade do combustível, mas também à concorrência da sua produção com a de alimentos. A redução das tarifas incidentes sobre o etanol importado, por outro lado, não é consensual: houve a redução a zero nos EUA (2011) e no Japão (2012), mas a UE (0,19 euros/litro) e a China (40%) seguem taxando o produto brasileiro. O volume exportado aos EUA e à UE segue em alta, mas vale ressaltar duas tendências: o aumento da importação de etanol norte-americano pelo Brasil para atender sua demanda interna, já verificada, e uma maior inserção do setor sucroenergético brasileiro na Ásia, ainda não consolidada. Para complementar o quadro regulatório, está sendo feita uma tabela comparativa entre os países em questão, incluindo custos de produção e de transporte, tarifas e subsídios, a fim de verificar se o preço do etanol brasileiro é competitivo em relação aos seus concorrentes.